

HISTÓRIA

A fortuna da Inconfidência

Para manterem seus patrimônios, inconfidentes subornaram funcionários da Coroa portuguesa. Práticas que ainda persistem no Brasil

Fabio Silveira
fabiosilveira@londrina.com.br



>>Favorecimentos, funcionários públicos corrompidos, sonegação e danos ao erário. Parece coisa do noticiário político do Brasil da segunda década do século XXI, mas essas cenas fizeram parte da Inconfidência Mineira, movimento que - entre 1788 e 1789, na esteira da Independência dos Estados Unidos e das revoluções em curso na Europa do fim do século XVIII - visava à separação de Minas Gerais de Portugal. Com exceção de Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, o mártir da independência brasileira, que foi condenado à morte por enforcamento (sentença cumprida em 21 de abril de 1792, razão pela qual a Inconfidência é lembrada não só em Minas, mas

em todo o Brasil), os outros inconfidentes conseguiram preservar seus patrimônios.

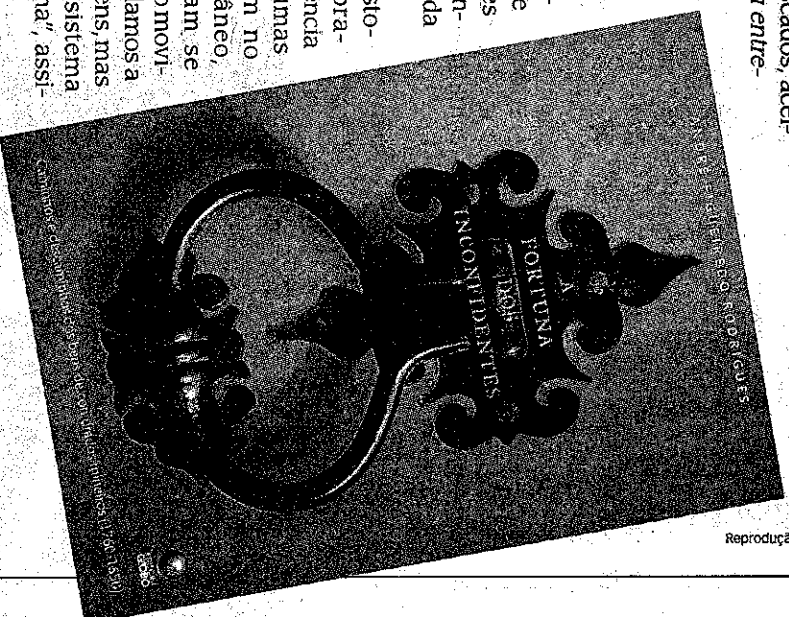
É o que mostra o livro "A fortuna dos inconfidentes - caminhos e descaminhos dos bens de conjuados mineiros (1760-1850)", do historiador e professor universitário André Figueiredo Rodrigues. Pesquisando nos autos dos processos abertos contra 7 dos 24 inconfidentes condenados, o autor descobriu que os bens que a Coroa portuguesa sequestrou somaram 15 quilos de ouro, com expectativa de 643 quilos - o equivalente à arrecadação de um ano pelo governo português com a mineração, que na época era a maior fonte de renda da colônia lusitana.

Figueiredo, que é professor do programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no campus de Assis (SP), encontrou nos autos dos processos da devassa denúncias de que os ouvidores, que eram os

responsáveis por levantar os bens a serem confiscados, aceitaram suborno (*leia entre-vista nesta página*).

Apesar de a Coroa portuguesa ter conhecimento desses fatos na época, nada foi feito para apurar responsabilidades. As famílias de vários inconfidentes mantiveram a influência política ao longo da história do País.

Na opinião do historiador, os descabamentos da Inconfidência mostram que algumas práticas persistem no Brasil contemporâneo, mesmo que tenham se passado 224 anos do movimento. "Nos só mudamos a época, os personagens, mas a engrenagem do sistema permanece a mesma", assinalou.



Reprodução

entrevista

André Figueiredo Rodrigues,
historiador

"Os pobres foram punidos para valer"



Divulgação/Editora Globo

Brasil do presente?
Essa questão do azeitamento das engrenagens. A corrupção, influência do poder, do jogo político. Esses dias o apresentador José Luiz Datena estava criticando a proposta do governador de São Paulo, Geraldo Acklin (PSDB), de reduzir a maioridade penal. Em vez de dar escola, melhorar a infância para ela fugir dessa realidade, você quer continuar punindo o pobre. A mesma questão, se fizer um paralelo, eu posso pensar na Inconfidência. As pessoas que são punidas para valer são os pobres. Tiradentes não era pobre, era proprietário de terras, mas no interior do processo veio a perder tudo, porque outras pessoas que eram sócias foram tomados bens. Se você pensar, quem é que foi responsável por levar chilbatada em praça pública? É um ajudante de ordens, um negro. Quem é que sofreu as penalizações de ter mais bens apreendidos? Foram as pessoas mais pobres. Os grandes personagens, os grandes, os ricos, que tinham enorme vínculo com o poder, o que vieram a sofrer é muito pouco. Isso até hoje continua assim. Você vê o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, agora foi para a cadeia, mas durante anos ficou isolado em casa. É a mesma coisa, os peixes grandes são beneficiados.

E como eles conseguiram dar esse dribble no Fisco? O que há de relevante no Fisco?

A prioridade nomeação dos ouvidores, que são os responsáveis por fazer a listagem de bens. As pessoas que são chamadas para depor, para entregar os bens, são filhos, a mulher, o cunhado. Eles são acompanhados por ouvidores que mantêm relação fortemente pessoal com a família dos presos. Nós temos casos em que o ouvidor antes de ir à fazenda avisava com 10 a 15 dias de antecedência, como no de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Nesse meio tempo, a família vai tirar da propriedade tudo que é substancial: joias, objetos de prata e de ouro, tudo que é de maior valor. Os escravos com ofício, que valem mais, os melhores animais. Esses são reitados da propriedade e levados para

outros pontos. Quando o ouvidor chega, vai encontrar bens já sorteados, quebrados, uma propriedade com o valor menor. E quem atribuiu o valor foram as pessoas daquele convívio familiar ou pessoas contratadas pela Coroa para fazer a avaliação. Foram feitas denúncias, mas o governo teve medo de ir atrás. A esposa dele, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, depois é chamada perante o governo e diz que escondeu mesmo, corrompeu, pagou três vacas paridas mais os seus bezerrinhos para o ouvidor, que fez vistas grossas. Só que em momento algum a Coroa vai atrás e resolve recolher esse patrimônio que foi escondido. Deixou pra lá, fez vistas grossas.

São fatos conhecidos na época. Se a Coroa quisesse poderia ter

apurado?
Não interessava à Coroa enfrentar essas passagens. Essa é grande questão que fica agora como pesquisa. Por que não se enfrentam essas famílias? Primeiro que são famílias muito poderosas. São ouvidores, contratadores, grandes proprietários de terras, com cargos de coronel, tenente-coronel. Pessoas de tradição familiar significativa. Há também receio de enfrentamento. O porquê disso ainda não se sabe, estamos começando a estudar. Agora, com o aparecimento de documentos, de outros relatos que não necessariamente essa documentação oficial, podemos começar a reconstituir esse universo para buscar um pouco essas relações.

O que esse episódio deixa para o

Procon autua metade dos bancos

O Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) de Londrina já autuou quase metade das agências bancárias da cidade por diferentes irregularidades. A fiscalização vem sendo feita pelo órgão desde o início de fevereiro e já passou por 40 das 88 agências de Londrina. De acordo com o coordenador do Procon, Rodrigo Brum, as principais irregularidades encontradas nos bancos já visitados foram a ausência de bônus nos caixas, o desrespeito ao tempo limite de espera nas filas e a falta de banheiros separados para homens e mulheres. A fiscalização, segundo Brum, vai passar por todas as agências da cidade. A meta é visitar de três a quatro agências por dia. Os bancos autuados têm prazo de 10 dias para apresentar defesa, se a defesa não for considerada fundamentada pelo Procon, a agência recebe multa proporcional ao faturamento mensal.

Agricultura tem novo secretário

O engenheiro agrônomo Guilherme Casanova Júnior é o novo secretário de Agricultura e Abastecimento de Londrina. Servidor de carreira da Prefeitura há 19 anos, Casanova teve a nomeação publicada no Jornal Oficial do Município, na quinta-feira. As estradas da zona rural serão tratadas como prioridade, segundo ele. O novo secretário assume a pasta anteriormente destinada pelo prefeito Alexandre Kireff (PSD) ao pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Décio Gazzoni, que não pode assumir por questões legais. Casanova ocupava a diretoria de Desenvolvimento Rural e conhece bem os problemas dessa área em Londrina.



Estava participando da

equipe dele [Décio] e

concordo com as ações

que estavam sendo

planejadas

...
Guilherme Casanova Júnior, secretário de Agricultura